

LE TIERS ESPACE – ESSAI SUR LA NATURE

Célia Maria de Toledo Serrano

Historiadora e mestranda em Sociologia na Unicamp

O planeta nos tem “lembrado” recorrentemente sua existência e uma reprogramação de nosso olhar vem (re)colocando a natureza, e nossa relação com ela, como um objeto passível de reflexão. Por um lado, são os fenômenos naturais a suscitar esse deslocamento. As projeções apocalípticas ganhando força para além de seu terreno religioso primordial, secularizando-se. Por outro lado, numa acepção mais ampla, os rumos tecnológicos da civilização ocidental, defrontando-se com os limites dos recursos naturais e com seus limites internos, além dos próprios valores da sociedade, são repensados atualmente através de prismas díspares como a “ecologia profunda” ou o “ecocapitalismo”¹.

Esse novo olhar tem descoberto, então, dimensões insondadas do relacionamento homem/natureza, e passado a informar análises as mais distintas, como distintas também são as disciplinas que sobre ele se debruçam. Em *Le tiers espace — essai sur la nature* (Paris, Méridiens Klincksieck, 1990, p. 152), ainda não traduzido para o português, Jean Viard* ensaia uma reflexão bastante peculiar neste campo.

Desejando ter construído uma “máquina de fazer pensar” ele nos leva, por uma trilha sinuosa atravessando tempos e espaços distintos e distantes como a América dos colonizadores puritanos e a França dos “neo-rurais”, a refletir sobre a reorganização espacial da sociedade, conseqüência da inauguração de um novo uso concreto e imaginário do espaço.

Para Viard, num mundo que se reconhece como espacialmente finito, a cartografia que divide os espaços em campo e cidade vai se achar alterada por aquilo que interpreta como “a emergência de territórios mentais e geográficos consagrados à natureza, lugares inventados à ausência do homem”, territórios materializados nos parques nacionais ou reservas equivalentes. Surgido originalmente em 1872, nos Estados Unidos, esse tipo de parque vai se disseminar pela Europa, e depois pelos outros continentes, inaugurando uma nova modalidade do culto e da proteção da natureza².

Além de se inserir na trajetória da idéia ocidental de natureza, esse novo uso do espaço (e da natureza) se dá num contexto espacial polarizado entre cidade e campo.

1. Sobre este ponto, ver o artigo de Eduardo Viola em *Ecologia e política no Brasil*, coletânea organizada por J. Augusto Pádua (Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/luperj, 1987).

* Jean Viard é sociólogo e pesquisador no CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*).

2. É certo que a história do culto e da proteção da natureza não começa aí. Para citar apenas o caso inglês, mais característico, é útil lembrar de *Senhores e caçadores*, de E.P. Thompson (São Paulo, Companhia das Letras, 1987); *O homem e o mundo natural*, de Keith Thomas (*idem*, 1988) e *O campo e a cidade*, de Raymond Williams (*idem*, 1989). Nessas obras, sob enfoques e tratando de períodos diversos, aparecem vários aspectos da preocupação com o natural, destacando-se o exemplo das *forests* ou reservas florestais. Contudo, as atitudes preservatórias até então não apresentavam a peculiaridade da criação dos parques nacionais. Apenas nesses vai se concretizar a visão de uma natureza atemporalizada, destinada à preservação absoluta. Na expressão de B. Kalaora, um *museu verde*.

Ainda que essa oposição não significasse a inexistência de aspectos híbridos, representados por usos intermediários como as casas de veraneio e mesmo os subúrbios. E da mesma forma que as zonas industriais e as residências peri-urbanas, ou mais recentemente as cidades-dormitório, a instituição dos territórios naturais encontrar-se-ia inserida numa problemática espaço-temporal peculiar, num movimento de fragmentação do mundo — no qual a divisão do espaço assemelha-se à do trabalho.

Para Viard, além de relacionar-se, contemporaneamente, com uma política do Estado de zoneamento do território, essa nova configuração espacial é precedida pela invenção de conceitos novos e assim, nesse contexto fragmentário, a natureza é inventada como um espaço próprio, e como um território novo. Algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo ocorre, esse terceiro espaço trazendo em si uma reflexão sobre o próprio homem. Tornando-se um “espaço-reflexo” das questões que a humanidade se coloca. De uma perspectiva temporal, vinculada à busca de dominação do tempo pelo homem (realizada através do estudo e conservação de marcas das civilizações antigas), também ocorreria no novo espaço uma tentativa de restauração do passado, voltada para o futuro, tornando-o lugar do tempo absoluto.

Entretanto, Viard lembra que o discurso que define e institui o terceiro espaço é quase sempre negativo. Interdito ao trabalho e ambigualmente dedicado à conservação de espécies, do patrimônio histórico, de culturas locais, e ao turismo, ele tem encontrado dificuldades para se legitimar. Nesse ponto, o autor reconhece a limitação de seu ensaio — por analisar tão somente o caso francês, muito particular, e não tocar nas realidades alemã ou inglesa, tradicionalmente associadas à proteção da natureza.

Mas, além dessa abordagem geossociológica, *Le tiers espace* abriga ainda uma

tese: a do papel do protestantismo na proteção (precoce) da natureza. Em seu percurso, o autor retoma Weber e observa, ressaltada a obra de Marcel Gauchet *Le désenchantement du monde* (Paris, Gallimard, 1985), a inexistência de estudos sobre o lugar da natureza nas várias formações culturais originadas das diferentes religiões judaico-cristãs. Porém, para melhor compreender o pensamento de Viard nessa obra é interessante um retorno a dois de seus trabalhos anteriores.

De *La campagne inventée* (Paris, Actes Sud), escrito com Michel Marié em 1977, vem a preocupação e o desejo de investigar os vínculos entre as religiões e o relacionamento homem/natureza. Na monografia construída a partir do estudo do modo de vida e da organização de quatro aldeias vizinhas localizadas na Provença, onde buscam realizar uma arqueologia do desejo pelo campo (o que não se constitui num privilégio francês) na França contemporânea, os autores revelam outras dimensões do solo, além de terra produtiva. Ele é também “forma, imagem, signo e memória” e, a partir da mesma montanha e de um fundo religioso protestante comum, as quatro aldeias compõem culturas originais. Entretanto, apesar de considerarem nesse estudo os múltiplos aspectos da vida das aldeias, o papel da religião permaneceu intocado; Viard busca agora suprir essa lacuna.

Por razões de ordem metodológica, é necessário voltar a *La dérive des territoires* (Paris, Actes Sud, 1981). Aí ele parte em busca de outros modos de pensar o espaço, o território. De sua auto-interrogação, da interrogação daquilo que o cerca, dos deslocamentos espaciais vivenciados — ele abandona a cidade para viver no campo em 1976 — surgindo reflexões sobre o esvaziamento dos tradicionais termos cidade, campo, território. Numa perspectiva geral, ele conclui em *La dérive...*: “não temos mais sistemas de pensamento aptos a pensar o mundo que cria a mutação técnica e científica”. Ao que Edgar Morin, no prefácio do livro, acrescenta:

“e não dispomos de pensamento científico e técnico capaz de pensar a ciência e a técnica”.

Da deriva dessa reflexão vai resultar uma proposta metodológica singular, que parte da profundidade individual para atingir aquela mais geral, ou de grupos. Ainda sobre o exemplo da pesquisa de Viard, Morin escreve: “eu desejaria que todo pesquisador, sob forma de tese de doutorado, de trabalho pessoal ou sob qualquer outra forma, consagrasse seu trabalho preliminar não a um ‘objeto’ de pesquisa, mas à pesquisa auto-eco-lógica de si mesmo”. Dito tudo isso, as palavras de Viard na introdução de *Le tiers espace* ganham outros significados, para além do mero depoimento: “eu pratico uma sociologia do olhar e da caminhada, percorrendo as paisagens como os livros, incansavelmente mas sem sistemática. Eu olho, escuto, rumino e busco encontrar sentidos, depois vou almoçar numa hospedaria. O saber não tem bons lugares nem bons momentos; bem-aventurado neste ofício aquele que sabe quando trabalha e quando faz outra coisa. De minha parte, creio na força das palavras forjadas para que as coisas e os seres sejam pensáveis e gostáveis, para que as tensões possam se exprimir em conflitos exprimíveis e criadores. Meu ofício é propor sentidos, um pouco mais que outros talvez, pois sou pago para fazer isso todo dia. Mas isso é tudo, simplesmente tenho mais tempo para isso, não competência particular”.

Associando-se essa declaração de princípios às idéias presentes em *La dérive...*, pode-se visualizar o trabalho de Viard inserido num debate mais amplo, presente em várias disciplinas, relativo ao espaço, e, no caso específico da sociologia, ao espaço social.

Sobre isso, há que se considerar a ampliação a que a noção de espaço vem se submetendo em todas as disciplinas cujos objetos com ela se relacionam — matemática, física, geografia, história, por exemplo. Nas humanidades, a idéia tradicional de



suporte, atuante como base neutra para as relações sociais cede lugar, assim, à idéia de produto social. E, na sociologia, esse movimento amplificador tem se manifestado a partir da década de 60, quando esta assume efetivamente o espaço como objeto, através dos estudos de planificação urbana e zoneamento do território. Aí, o urbano passa a mediatizar a análise do espaço.

No contexto fragmentário constituído desde a autonomização das várias áreas de estudo (minando por algumas vias o acesso à idéia de uma sociologia geral), o que vai ocorrer nesse processo onde o espaço passa a ser conceitualizado, tornando-se instrumento teórico e metodológico, é algo semelhante à referida autonomização interna das partes da sociologia: o estabelecimento de uma pluralidade no interior de sua própria noção.

Além disso, em meio a essa multiplicação de nuances, os estudos envolvendo ou privilegiando a dimensão espacial — agora

não mais justificados de um ponto de vista conceitual — se banalizam, fazendo do espaço um “lugar comum”³. Ainda, em meio a esse mesmo movimento, o que se pode ver são releituras e ressurgências de concepções já perceptíveis anteriormente no pensamento sobre o espaço. Mais que isso, são privilegiadas as relações tempo/espaço, ou mesmo as vinculações entre técnicas de transformação deste, de gestão sócio-política dos territórios ou de organização da produção econômica e a definição de espaço⁴.

É nesse quadro de um pensamento (do) social estilizado que a reflexão de Jean Viard se move. Sua idéia de espaço alternando abstração e concretude; a insuficiência das categorias referentes aos espaços presente em *La dérive...* ressurgindo, reatualizada, e a procura de uma solução, na proposição do terceiro espaço.

Há ainda que se observar a peculiaridade da forma adotada pelo autor para a exposição de suas idéias — o autor não concebe senão o ensaio como meio, consequência da sua reelaboração relativa ao caráter dos saberes que a sociologia produz/deveria produzir. E em *Le tiers espace* ele vai além, assumindo aproximar-se do *récit*, numa atitude que julga traduzir a prudência e trajetória exigidas pelo próprio objeto.

Mas, voltando ao espaço instituído da natureza... Suas origens ele vai buscar no movimento engendrado pelo Renascimento, quando a idéia ocidental de natureza e a idéia de indivíduo se constituem. Esse movimento ocasionando rupturas de várias ordens: espaciais, com a descoberta das novas terras; religiosas, através da Reforma; e artísticas, pelo surgimento do gênero paisagem na pintura. Dessa perspectiva, o Renascimento enquanto elemento desestruturador de uma geografia mística, fundada na religiosidade, possibilitara a constituição de um outro paradigma, no qual a natureza aparece como passível de conquista e de estudo, de conhecimento.

Embora atenha-se basicamente às idéias originadas por essa explosão geográfica e imaginária renascentistas, Viard não se esquece de vincular àquelas a ascensão dos artesãos e comerciantes, o abandono dos campos e a circulação decorrente dessa nova relação espacial, tudo isso gerando um olhar exterior à natureza.

Ao pensar a contribuição protestante à nova configuração geossocial que enxerga na sociedade, ele, como já dito, se interroga acerca das diferenças e similitudes entre os países tradicionalmente lembrados quando o que se aventa é a proteção da natureza. Uma rápida observação sobre as distintas características nesse campo de países como a Alemanha, os Estados Unidos, a Inglaterra, de um lado, e a América do Sul, o Japão, de outro, por exemplo, corrobora sua pista de pesquisa. A França, lembra ainda, sempre esteve “atrasada” nessa questão.

Nesse sentido, ele adianta três séries de questões, que irá analisar detidamente. Uma primeira diz respeito à Reforma enquanto elemento captador e concretizador do espírito de uma época. Outra, à responsabilidade individual, neste mundo, atribuída aos indivíduos dentro do protestantismo — isso influenciando na conquista americana. E, finalmente, o que chama de “efeitos induzidos”: a leitura do Antigo Testamento e o desaparecimento das representações religiosas. “De toda parte emerge a cidade terrestre, não contra, mas ao lado da cidade celeste. E o indivíduo nela se afirma, responsável e cada vez mais senhor e possuidor da natureza; por delegação divina, depois por decisão própria, ao longo dos séculos”, escreve Viard.

Todavia, é certo que o autor relativiza a influência do protestantismo propriamente dito nas relações com a natureza daqueles povos que o adotaram. Não deixa, então, de lembrar Rousseau e o romantismo e de pensá-los no contexto do novo relacionamento com o espaço natural.

Sua "máquina de fazer pensar" levamos também a atravessar a estrada francesa rumo à proteção da natureza, através de uma breve análise institucional do protecionismo naquele país. O sentimento francês de natureza, ainda que subanalizado em favor da questão protestante, portanto exterior, é trabalhado a partir do romantismo e do surgimento do turismo. Maior atenção vai merecer o retorno à natureza dos "neo-rurais" — a migração dos jovens saturados da urbanidade e suas decorrências, ocorrida entre 1968-75. Da mesma forma que o nascimento da paisagem como gênero pictórico.

Por trabalhar exclusivamente com os recortes francês e americano-colonizador-protestante, Viard não leva em consideração a atual busca de formas alternativas à exploração dos recursos, mesmo em reservas, de maneira auto-sustentável (um exemplo seriam as reservas extrativistas que se pro-

cura implantar na Amazônia). Nessa busca, a idéia de "museu verde" ou "ilha de natureza" vai dando lugar, novamente, à ocupação tradicional pelo trabalho. Ainda que essa nova ocupação venha se norteando por um outro paradigma. Um olhar sobre as reelaborações recentes no campo da apropriação/conservação ambiental poderia, quem sabe, resultar em outras imagens das relações homem/espaço/natureza.

Apesar dos limites (ou da ausência destes) colocados por um ensaio, o objetivo de Viard de "retomar espacial e mentalmente a gênese do atual entusiasmo pela natureza, aproximando-se não dos móveis dos atores mas dos esquemas visuais e conceituais por eles portados" se cumpre. As questões levantadas, muitas assumidamente não respondidas pelo autor, instigam a reflexão não apenas sobre o objeto em si, mostrando que a máquina construída por Viard funciona.

3. Cf. o artigo de A. Alvarenga e J. Maltcheff, "Le espace social nouveau paradigme?", in: *Espaces et sociétés*, pp. 34-35, 1980.

4. Cf. o artigo de François Lautier, "L'espace social éclaté", in: *Espaces et sociétés*, pp. 48-49, 1987.